**HARRISON, Peter. *The Territories of Science and Religion*.
Chicago: The University of Chicago Press, 2015. 300 p.**

Gustavo Rodrigues Rocha *

Peter Harrison, diretor do Instituto de Estudos Avançados em Humanidades da Universidade de Queensland na Austrália, é o laureado de 2015 do Prêmio Aldersgate pelo seu livro *The Territories of Science and Religion* (2015). A obra do autor – que tem se destacado pelos seus estudos em história intelectual envolvendo as relações entre o pensamento religioso, científico e filosófico na emergência da modernidade – se constrói sobre seus trabalhos e pesquisas anteriores, entre os quais se destaca *The Fall of Man and the Foundations of Science* (2007), publicado na época em que Harrison ocupava a posição de diretor do "Centro Ian Ramsey de Ciência e Religião" e de "professor Andreas Idreos" de Ciência e Religião da Universidade de Oxford.

O livro *The Territories of Science and Religion* (2015) – do autor ainda pouco conhecido pelo público brasileiro (cuja única obra traduzida para o português em 2014 é a coletânea "Ciência e Religião"; que Harrison organizou e publicou em 2011 para a editora da Universidade de Cambridge) – se distingue por delimitar o surgimento na modernidade das categorias "ciência" e "religião" e desfazer os mitos iluministas e oitocentistas sobre as suas relações mútuas. O

Resenha recebida em 12 de dezembro de 2016 e aprovada em 13 de março de 2017.

* Doutor em Ensino, Filosofia e História das Ciências. Professor da Universidade Estadual de Feira de Santana, BA.
País de Origem: Brasil. E-mail: gustavo.rodrigues.rocha@gmail.com

trabalho é uma versão revisada de uma *Gifford Lecture* proferida em 2011 e serve de ensejo para o seu projeto corrente, *Science and Secularization* – com duração prevista de 2015 a 2019 –, fomentado pelo *Australian Research Council*, em virtude da *Australian Laureate Fellowship* recebida por Harrison.

O livro *The Territories of Science and Religion* (2015) se divide em seis capítulos e um epílogo. A metáfora utilizada no título e explicada no capítulo 1 é essencial para se entender o escopo do trabalho. O livro é uma história dos conceitos daquilo que no ocidente adjetivamos e distinguimos como "científico" e "religioso". Da mesma forma que não faz sentido nos referirmos ao Egito ou a Israel do período medieval (numa época em que estes territórios estavam integrados ao Império Otomano), não faz sentido nos referimos à Ciência (conceito que surge no século XIX) e à Religião (conceito que surge no século XVI) em períodos que antecedem a constituição destas categorias.

O problema começa quando usamos de maneira anacrônica estes conceitos para nos reportarmos ao passado a fim de interpretar o presente. Os mapas dos nossos conceitos passam então a não corresponder aos territórios aos quais os aplicamos. Harrison delineia uma analogia com a observação do filósofo Ludwig Wittgenstein de que os problemas filosóficos surgem de equívocos de compreensão da linguagem (e que se dissolvem ao esclarecermos a linguagem em que estamos imbricados enquanto filosofamos). Analogamente, ao distinguir a constituição histórica que mapeia os nossos conceitos de Ciência e Religião dos territórios sobre os quais se desenham estes mapas, Harrison pretende desatar o nó da "confusão linguística" do debate contemporâneo sobre as relações entre Ciência e Religião.

Harrison rastreia o uso das palavras "ciência" e "religião" desde a filosofia grega clássica até o século XIX. As palavras latinas *religio* e *scientia* (como se encontra, por exemplo, em São Tomás de Aquino) são atributos pessoais (e não um sistema proposicional a respeito do conhecimento, do mundo e das pessoas). A *scientia* é um hábito do intelecto e a *religio* é um hábito moral.

A palavra "religião" é muito pouco usada antes do século XVI e i) denotava um estado interior de devoção (ou seja, se referia a uma disposição pessoal, e não a um sistema de crenças), ii) nunca aparecia como adjetivo ("religioso") e iii) nunca aparecia no plural ("as religiões"). O sentido da palavra "religião" é objetivado a partir da renascença. O plural de "religião" (e o seu sentido como um conjunto de práticas e crenças) nasce, primeiro, com a "guerra cultural", a partir da revolução protestante (quando surge a questão de saber o verdadeiro legado da religião cristã); e se consolida, segundo, com a experiência do colonialismo e do imperialismo europeu; quando se delineiam/ inventam-se as "religiões do mundo" – o primeiro registro, por exemplo, da palavra "hinduísmo" é de 1829; seguido por "taoísmo" (1838) e "confucionismo" (1862).

A palavra "cientista" é cunhada apenas no século XIX (por William Whewell); quando também a palavra "ciência natural" substitui os termos "filosofia natural" e "história natural" (o primeiro se chamará "física" e o segundo "biologia"). Portanto, as palavras "filosofia" e "história" (atualmente associadas às humanidades) se "destacaram" do sentido original das "ciências naturais" apenas na segunda metade do século XIX, o que se reflete na separação entre "as duas culturas" (C. P. Snow). A "filosofia natural" até o século XIX era geralmente encontrada dentro do grande quadro da "teologia natural" na organização e classificação do sistema de saberes. Harrison aponta como que desde as filosofias helenísticas até a "teologia natural" o conhecimento da natureza era motivado pelas questões humanas (dos valores, do significado e das intenções).

Portanto, a suposta distinção e o suposto conflito perene entre descrições científicas e religiosas do cosmos são invenções (comumente encontradas em livros de divulgação de história das ciências). No cristianismo, por exemplo (como uma fusão entre helenismo e judaísmo), desde a patrística e depois na escolástica, há duas vias de comunicação com a divindade e de recuperação de nossa cognição adâmica perfeita perdida: i) o livro das escrituras sagradas e ii) o livro da natureza

(como duas expressões próprias da revelação). O esforço hermenêutico de interpretação simbólica era considerado um elemento necessário para a leitura de qualquer um dos dois livros (das escrituras sagradas e da natureza) – o que incluía as chaves de leitura (entre outras) i) histórica (literal) e ii) alegórica. O livro da natureza guardaria uma ordem causal (literal), como Deus criador *ex nihilo* da natureza; e uma ordem simbólica (alegórica), onde repousaria o sentido espiritual do livro da natureza.

Harrison mostra como o avanço do protestantismo e das ciências modernas eclipsaram o sentido alegórico, o que é expresso na emergência da "teologia natural" que se inspirava no método dedutivo baconiano. O mundo natural tinha um significado, a partir de cada um de seus objetos. Harrison oferece como exemplo os bestiários medievais, uma taxonomia do mundo animal, onde a natureza é embebida de sentidos – muito diferente das taxonomias da "história natural" dos séculos XVIII e XIX.

No início dos tempos modernos, a "ciência" da natureza ("filosofia natural") e a "ciência" da divindade ("teologia") eram partes de uma mesma estrutura orgânica do sistema de saberes moderno. Neste sistema a "teologia natural" – ausente na literatura patrística e escolástica – funcionava como uma ponte entre o conhecimento do mundo natural e o conhecimento da divindade. A própria emergência da "teologia natural" já indica este movimento de mudança da linguagem figurada para o monopólio da literalidade.

Deus se revelaria por signos e causas – e seria tanto a causa eficiente (enquanto criador *ex nihilo*) como a causa final do universo. A busca pela "religião legítima" – externalizada, ou seja, objetivada e adjetivada no "plural, a busca pela "descrição verdadeira" – ajudou a eclipsar a dimensão simbólica e as explicações por causas finais do livro da natureza. A famosa passagem de Galileu de que "o livro da natureza teria sido escrito exclusivamente com figuras e símbolos matemáticos" é expressão desta mudança.

Todavia, as mudanças e definições das palavras "ciência" e "religião" não foram apenas questões semânticas e epistêmicas. As definições e distinções entre "ciência" e "religião", cristalizadas finalmente no século XIX, expressam mudanças nos propósitos e nas comunidades dos usuários da própria linguagem responsável por estas mudanças e definições. A metáfora utilizada por Harrison dos "territórios" (da "ciência" e da "religião") assume neste ponto o seu sentido retirado da economia geopolítica – de conquista, apropriação, redefinição e produção de mapas e fronteiras arbitrárias – e reflete a (re)organização do sistema de saberes acadêmico-científico contemporâneo.

O "conhecimento científico-filosófico" era perseguido ao longo de toda a pré-modernidade – das correntes filosóficas neoplatônicas ao tomismo medieval (e moderno) e ao hermetismo renascentista – tendo em vista a edificação humana, onde a analogia entre o macrocosmo da natureza e o microcosmo humano orientaria ("objetivamente") os propósitos essencialmente humanísticos. A sua finalidade era (como orientação) a "disciplina espiritual". Todavia, posteriormente, a "ciência" (como vinha sendo com a "religião") tem o seu significado objetivado (em linguagem proposicional) no "método científico". Os "objetivos humanos", por sua vez, se tornaram "subjetivos".

A motivação da "filosofia da natureza" muda junto com os seus fundamentos epistêmicos e a sociabilidade de sua comunidade de praticantes. A disciplina espiritual (de autodomínio) se inverte na disciplina da ciência e da técnica (de domínio da natureza). A ética do autocontrole (interno) se torna a ética do controle (externo). O objetivo edificador humano se transforma em um objetivo utilitarista. Os conceitos de "utilidade" e "progresso" redefinem o adjetivo "científico". Harrison delinea, através de documentos e estatísticas, como ocorreu esta mudança na composição das academias científicas, como o declínio no número de membros pertencentes a instituições confessionais.

O sentido moral (interior) da filosofia tradicional se transforma no sentido moderno de "caridade" (exterior) de "melhoramento/aprimoramento das condições de subsistência humanas (materiais)". Os sentidos originais das palavras latinas *religio* e *scientia* são despersonalizados (objetivados e reificados). A transformação do mundo material, e não a transformação do espírito humano, torna-se o escopo da "filosofia natural" e, posteriormente, de toda "ciência" digna deste nome.

O mundo natural não teria mais sentido em si mesmo – diferentemente, por exemplo, da leitura espiritual, simbólica, alegórica do livro da natureza – e a vida moral do cientista em nada condiciona/ se relaciona com a sua atividade científica – diferentemente, por exemplo, dos filósofos platônicos-pitagóricos, para quem as disciplinas ascéticas são condição necessária para a ascensão cognitiva-dialética. A natureza é um silêncio absoluto com relação às questões humanas.

Harrison elucida esta questão com passagens de Wittgenstein: "mesmo que todas as questões científicas possíveis tenham obtido resposta, nossos problemas de vida não terão sido sequer tocados" (WITTGENSTEIN, 1921, 6.52) e textos de William James, "A Vontade de Acreditar" (1896), e de Max Weber, "Ciência como Vocação" (1918): "Afora algumas crianças grandes, com que se depara nas ciências naturais, quem é que ainda hoje acredita que os conhecimentos da astronomia, da biologia, da física ou da química nos podem ensinar algo sobre o *sentido* do mundo" (WEBER, 1918, p. 142).

Desde o mito do suposto conflito perene entre Ciência e Religião estimulado pelos trabalhos de John William Draper (1811-1882) e Andrew Dickson White (1832-1918) até as querelas recentes provocadas pelos chamados novos ateístas (como Sam Harris, Richard Dawkins e Christopher Hitchens), o autor de *The Territories of Science and Religion* (2015) mostra (com uma riqueza de exemplos) como as nossas reflexões a respeito das relações entre Ciência e Religião carecem de definições prévias sobre o que estamos discutindo.

O livro de Peter Harrison é um convite para refletirmos sobre o significado; não apenas das diversas relações entre concepções religiosas e científicas do mundo e da condição humana; mas, de forma mais ampla, das maneiras como organizamos, classificamos, produzimos e difundimos o conhecimento acadêmico-científico no sistema de saberes moderno – assim como tudo o que se coloca nas suas margens (ou se coloca em "conflito"). Poder-se-ia recomendar, finalmente, que fiquemos atentos aos próximos resultados deste projeto de pesquisa, *Science and Secularization*, em curso no Instituto de Estudos Avançados em Humanidades da Universidade de Queensland.